

Precatório federal recupera ‘padrão ouro’ após decisão do Supremo

A derrubada, pelo Supremo Tribunal Federal, das Emendas Constitucionais 113 e 114, de 2021, vai devolver aos precatórios federais o status que tinham de títulos mais confiáveis do país. Segundo quem opera no setor, a expectativa é que o mercado de investimento em precatórios cresça significativamente.

Tradicionalmente, a União sempre foi conhecida por pagar seus precatórios em dia, diferentemente de estados e municípios, mais vulneráveis que o Tesouro Nacional. A situação mudou em dezembro de 2021, quando o governo de Jair Bolsonaro conseguiu aprovar as emendas que estabeleciam teto no orçamento para o pagamento dessas dívidas entre 2022 e 2026.

O objetivo era o de redirecionar recursos e aumentar para R\$ 600 por mês o valor do Auxílio Brasil para famílias carentes em 2022. Assim, parte do dinheiro que seria usado para quitar precatórios foi usado para o programa social.

O problema é que o teto criado pelas emendas teve como consequência o não pagamento de dívidas da União já programadas para serem quitadas nos anos seguintes. Esse atraso incluiu alguns precatórios já adquiridos por plataformas de investimento e transformados em ativos que estavam prestes a ser honrados, mas não foram. Isso arranhou a confiança que o mercado tinha nesse tipo de título da União.

Já no governo Lula, a Advocacia-Geral da União foi ao Supremo contra as emendas — e ganhou. Como a decisão da corte não se limita a derrubar o teto, mas também dá ao governo federal a possibilidade de regularizar R\$ 95 bilhões do estoque de sentenças judiciais em atraso, a União recuperou a sua credibilidade.

“O mercado de precatórios federais tinha perdido muitos pontos devido aos atrasos, mas isso vai mudar a partir de agora. Esses títulos voltarão a ter ‘padrão ouro’, a ser referência. E, claro, o mercado vai se aquecer com isso, porque é um tipo de investimento com rentabilidade acima da média”, afirma **Victor Cajano**, executivo da Kateto, empresa especializada em originação de créditos judiciais com distribuição desses ativos pela Hurst Capital.

“A recuperação do ‘padrão ouro’ dos precatórios federais é um sinal positivo para o mercado de investimentos no Brasil. E já se nota um enorme aumento na demanda por esses ativos, especialmente pela segurança e rentabilidade que oferecem”, avalia o advogado **Pedro Paulo Corino da Fonseca**, sócio do escritório Corino Advogados.

Cajano observa que, quando aprovadas, as Emendas 113 e 114 possibilitaram a compra de precatórios com deságios maiores, já que vários credores ficaram receosos de a demora na quitação ser muito longa. Por outro lado, isso gerou uma insatisfação no investidor, que perdeu o fator de previsibilidade de recebimento, ainda que a rentabilidade não tenha sido prejudicada.

Como funciona

Precatórios são dívidas do governo reconhecidas definitivamente pela Justiça em processos vencidos por pessoas ou empresas. Normalmente, o pagamento desses débitos pelo governo costuma levar anos e, por essa razão, é comum que os credores vendam o direito de recebimento para terceiros, que os comprem com deságio porque podem esperar até a quitação.

Os precatórios se tornam ativos de investimento em razão do deságio no momento da compra e da correção por juros até a data do pagamento (os índices variam entre os tribunais). Quando somados, esses fatores trazem oportunidades de alcançar rentabilidade acima de 20% ao ano. Outra fonte de interesse das empresas é que precatórios podem ser usados na quitação de tributos.

Freepik



Mercado de investimento em precatórios deve voltar a crescer



“O preço dos ativos deve retornar ao patamar de 2020, antes das PECs, ou seja, de ativos de primeira linha. Assim, devem voltar a custar 85% para vendas ao mercado de investimentos e até 92% para o mercado de compensação tributária”, estima Pedro Corino.

Renata Nilsson, executiva da PX Ativos Judiciais, explica que esse mercado tem relação direta com o tempo de espera para o recebimento e a decisão do STF trouxe mais previsibilidade. “Os precatórios federais voltarão a ser pagos em dia e o cenário é muito mais favorável: os preços voltaram a ser melhores (com deságios menores), com mais compradores e taxas menores do que qualquer empréstimo, cheque especial ou rotativo de cartão.”

Porém, vender ou comprar um precatório depende de uma análise técnica jurídica e financeira especializada, como esclarece o advogado **Marco Antonio Innocenti**, sócio-diretor da banca Innocenti Advogados e ex-presidente da Comissão de Precatórios do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

“Investidores institucionais, que o mercado chama de ‘investidores qualificados’, têm grande entendimento sobre a natureza, os desafios e os riscos que esse investimento oferece. A rentabilidade acima da média decorre de uma análise e de uma prospecção de créditos muito bem desenhada para entender os riscos”, pondera Innocenti, que também é autor da obra *Precatórios: Uma Questão de Justiça*, editado em 2016 pela OAB.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2024-fev-15/precatório-federal-recupera-padroo-ouro-apos-decisao-do-supremo/>